
PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. **Singularidade e subjetivação:** ensaios sobre clínica e cultura. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; 7Letras, 2008. (Coleção Teologia e Ciências humanas, n. 57).

O livro *Singularidade e subjetivação – ensaios sobre clínica e cultura* do professor Carlos Augusto Peixoto Junior, pode ser colocado na lista daqueles textos que apresentam e tratam de importantes autores para leitores iniciantes sem perder a complexidade das obras em questão. Os 13 ensaios tratam de vários temas, mas a sexualidade atravessa a maioria deles. Outra preocupação de Peixoto Junior, psicanalista e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, é com a cultura, seguindo o exemplo de Freud (em *O mal-estar na civilização*, por exemplo) e, no Brasil, o importante trabalho de Joel Birman (em *O mal-estar na atualidade*, para citar apenas um). Dessa forma, Peixoto Junior promove um diálogo interessante entre a psicanálise e outros campos do saber, trazendo significativas colaborações para entendermos a produção da subjetividade na cultura contemporânea.

Para ficar em apenas um dos possíveis exemplos que o livro aciona, vale destacar o diálogo que Peixoto Junior promove entre autores como Michel Foucault, Deleuze e Guattari, Derrida e Judith Butler. No ensaio *Sexualidades em devir*, por exemplo, o autor retoma a conhecida reflexão de Deleuze e Guattari, sobre os níveis molar e molecular, para pensar as identidades sexuais e quebrar os binarismos evidenciados nas oposições entre o masculino e o feminino e a homossexualidade e a heterossexualidade. O nível molar compreende as identidades como fixas e rígidas. Já o nível molecular destaca os seus aspectos diferenciais, em permanente construção.

Para colaborar ainda mais com o seu raciocínio, Peixoto Junior aciona a obra de Butler, ainda pouco conhecida no Brasil (por aqui, apenas o livro *Problemas de gênero* foi publicado, pela editora Civilização Brasileira). O professor da PUC-Rio considera Butler “uma das autoras que melhor abordou de forma crítica as relações entre sexo, gênero e identidade” (p. 120). Peixoto Junior também diz que Butler “redefine o gênero ou a orientação sexual de maneira brilhante como um efeito de repetição, e não como expressão de uma essência interna ou um simples artefato de uma construção social” (p. 123).

O brilhantismo de Butler, que o psicanalista e pesquisador do CNPq destaca, ainda parece pouco (re) conhecido entre pesquisadores (as) brasileiros (as). A maioria ainda está presa

ao paradigma do patriarcado e ao estudo das relações entre classe e gênero. Esses trabalhos, é claro, são importantes e necessários. No entanto, as duras críticas de Butler ao heterossexismo, que é verificável na absoluta maioria dos estudos de gênero produzidos no Brasil, não surtiram praticamente efeito algum entre as pesquisadoras (es) de nosso país, exceto em uma parcela dos trabalhos ligados aos chamados Estudos Gays e Lésbicos.

O mesmo não pode ser dito sobre o livro de Peixoto Junior, que, inclusive, sugere uma nova política. Defende ele:

Nesses termos, a finalidade de uma política de gênero é a destruição dos sistemas restritivos de sexo-gênero, os quais, como também acreditamos ter aqui evidenciado, não passam de um resultado da organização molar dos sexos sob o patriarcado. Que cada corpo deixe de engendrar-se a nível molar, passando da diferença à hiperdiferenciação e viabilizando uma existência fundada em auto-invenções supermoleculares [...] (p. 132-133).

Por isso, o livro de Peixoto Junior é uma exceção à regra. Além de ser um psicanalista que não teme ser julgado por perder a sua especificidade ou de não estar fazendo psicanálise, ele consegue promover diálogos ainda raros no Brasil. Diálogos capazes de problematizar seriamente alguns dos pressupostos centrais de como muitos psicanalistas analisaram e ainda analisam a formação das identidades sexuais. Muitos pensadores das identidades, quando tratam das identidades étnicas e regionais, por exemplo, defendem que elas não são fixas, estáveis etc. E esses argumentos rapidamente foram assimilados por vários movimentos sociais. O mesmo parece não acontecer nas reflexões sobre as sexualidades. Pensá-las em devir, nesse caso, ainda é um problema. O livro de Peixoto Junior colabora para resolvê-lo.

Leandro Colling

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador associado ao Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, onde coordena o grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS).
colling@oi.com.br

ROCHA, José Cláudio. **A reinvenção solidária e participativa da universidade**: um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil. Salvador: EDUNEB, 2008.

Trata-se de uma tese de doutorado defendida em 2006 pelo Prof. Dr. José Cláudio Rocha, junto ao Programa de Pós Graduação em Educação (Cursos de Mestrado e Doutorado) da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. O autor, entre outras atribuições, apresenta-se como líder dos grupos de pesquisa em Direitos Humanos e Gestão Universitária da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Em meio a algumas contemplações acadêmicas, no ano de 2007 foi vencedor do Concurso de Teses e Dissertações da UNEB (Categoria Ciências Humanas), do qual resultou a publicação em pauta.

A obra abarca uma análise teórico-histórica de cunho interdisciplinar acerca do fenômeno de articulação de redes de extensão universitária no Brasil, e a relevância desse empreendimento no processo de estruturação social fundamentado nos princípios de equidade e justiça.

Após efetivar uma revisão conceitual com vistas a atender a proposta central do estudo, Rocha parte para uma apreciação da prática de diversos atores sociais que perpetram a extensão no país à incidência de uma alternativa de organização abalizado na articulação em redes. Parte, então, para um estudo de caso múltiplo, abrangendo três experiências autodenominadas redes: Rede Nacional de Extensão Universitária (RENEX), Ação Nacional de Extensão Universitária (ANEXU) e a rede UNICIDADANIA.

A RENEX apresenta-se como uma rede nacional formada por professores, estudantes e funcionários ligados às Instituições de Ensino Superiores públicas brasileiras; a ANEXU é composta de estudantes universitários que participam de atividades de extensão em território nacional; e por último, a UNICIDADANIA, por universidades, ONGs e movimentos sociais comprometidos com a promoção e a defesa dos direitos humanos no país.

A justificativa para a escolha dessas unidades experimentais se finda, principalmente, porque em seus objetivos está a proposta ação em forma de rede. Além disso, pelo fato dessas não se restringirem a uma localidade específica com características peculiares, mas possuírem uma abrangência nacional, bem como pelo pioneirismo das mesmas em empreendimentos de extensão universitária no Brasil.

A discussão direciona-se para o entendimento das possíveis contribuições da universidade na construção de um ideal de sociedade globalizada, solidária e participativa. Aponta a aplicabilidade do conhecimento produzido na instituição acadêmica aos diversos contextos do cotidiano social, por meio da extensão universitária, como possível caminho para tal feito.

Destarte, parte do pressuposto da complexidade inerente à estruturação das sociedades globalizadas, bem como considera a educação como uma das bases sobre as quais se assenta o desenvolvimento das mesmas. Ante o exposto, o autor enfatiza a necessidade de se reconstruir o sistema educacional brasileiro, por efeito de uma concepção integrativa, considerando-se fatos sócio-histórico-culturais de modo interdependente, identificando os indivíduos como verdadeiros atores sociais que interatuam entre si, compondo articulações multidisciplinares e de efeito reflexo.

Ao optar por uma abordagem sistêmica da educação, como uma práxis social complexa, traz a idéia de “redes de ação” como estratégias norteadoras desse processo, postulando que tais cometimentos, apesar de não serem uma novidade, na atualidade tomaram uma nova forma de organização onde a tecnologia da informação expande as possibilidades de compartilhar e desenvolver o conhecimento de forma dinâmica e horizontal, onde a flexibilidade de informações cria espaços para irradiações que abrem novas possibilidades.

Na área educacional, especificamente, essa ferramenta abre espaço para difusão e operacionalização do conhecimento individual e coletivo, de modo que a estruturação dialética possa ser exercitada no ambiente físico e virtual, interagindo com conteúdos construtivamente básicos e críticos que fomentem propostas multiculturais e multidisciplinares de intervenções territoriais.

Nesse sentido, um modelo de sociedade influenciado diretamente pela globalização e suas mudanças, principalmente nas áreas financeira, comercial, de comunicação e tecnologia da informação tem-se desenvolvido e modernizado criando e aperfeiçoando sistemas que possibilitem produtividade e capacitação com baixo custo de investimento e mão de obra.

Considerando essas contingências, para o sujeito se inserir nesse contexto há a necessidade de se exercitar uma inteligência múltipla que absorva os diversos fluxos de informação, haja vista que a tendência não é mais a especialização, mas o desenvolvimento de habilidades adaptacionais ou de autorregulação em resposta às demandas ambientais, visto que ao considerarmos as mudanças tecnológicas e organizacionais, os conhecimentos especializados podem tornar-se obsoletos com rapidez.

Em seu estudo, ressalta o papel do Estado como variável interveniente nesse processo de transformação social e epistemológica, mas que também se encontra suscetível às consequências desse contexto.

Ao longo do texto efetiva ponderações pertinentes às novas demandas de inclusão social, sinalizando que o Estado ao passo que faz uso dos novos recursos tecnológicos na sua gestão e promoção de suas atividades, também o faz atendendo à finalidades coletivas, em busca da efetivação de projetos e ações sociais que, com essas tecnologias consigam promover a sua finalidade precípua: o bem-estar social.

Essa conjuntura induz a uma reformulação técnica e gerencial por parte do Estado, estabilizando-a nos princípios da participação política, com ênfase na atuação cidadã, mobilização social, autonomia solidária e controle social. Esses princípios combinados podem viabilizar um efetivo desenvolvimento social.

Conforme Rocha, tal acontecimento se efetiva na proposição de um modelo de intervenção politicamente contextualizado, mediante o estabelecimento e desempenho de projetos e programas com ativo envolvimento das comunidades, movimentos e organizações sociais ou populares, bem como de iniciativas do terceiro setor no enfrentamento de demandas cuja solução pode beneficiar-se de investidas científicas, dentre elas a extensão universitária.

Assim sendo, a articulação de redes de ação social de abrangência suficiente com vistas em cooperar efetivamente com mudanças territoriais pode contribuir na superação de muitos dos problemas educacionais brasileiros, bem como proporcionar um aparato instrumental adicional, na luta pelo desenvolvimento econômico-social e consolidação de valores de cidadania.

Larisse de Oliveira Seixas

Psicóloga (Faculdade Ruy Barbosa). Gestora de Projetos Sociais no Centro de Referência em Assistência Social em São Domingos-BA. Membro da Rede Substitutiva de Saúde Mental de Mata de São João-BA.
larisseseixas@gmail.com